

*Ata da 107ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 28 de outubro de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Roberto Carlos, ad hoc. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vitor Bonfim, Zé Raimundo e Zó (58). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão. As Atas de 2015, a seguir discriminadas, foram submetidas ao Plenário e aprovadas por unanimidade: Sessão Ordinária – 101ª; Sessão Extraordinária – 12ª; e Sessões Especiais – 46ª, 53ª, 57ª, 58ª, 59ª, 62ª. PEQUENO EXPEDIENTE – Expediente despachado pela presidência: ofícios dos Deputados Zé Raimundo e Robinho justificando ausências em sessões plenárias. Oradores inscritos – O Deputado Eduardo Salles comentou a Lei de Responsabilidade Fiscal, lembrando que foi promulgada há 15 anos, período em que ocorreram várias mudanças que aumentaram as despesas das prefeituras, levando muitos prefeitos a terem as contas rejeitadas. Mencionou o substitutivo do Deputado Federal Roberto Brito, sugerindo alterações na Lei no que concerne a despesa com pessoal, visando melhorar a situação das prefeituras. Solicitou sensibilidade aos conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) quando forem julgar as contas das prefeituras, relatando a situação do Município de Ilhéus. Finalizou discordando da extinção do órgão. O Deputado Fábio Souto tratou do deficit de R\$ 51,8 bilhões do Governo Federal e prestou esclarecimentos sobre ações a serem adotadas nessa situação, bem como as consequências geradas. Comentou as dificuldades a serem enfrentadas pelos gestores públicos para honrarem com os compromissos, ressaltando que a “grave” crise econômica que o País enfrenta impacta diretamente a situação financeira das prefeituras. Destacou a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, “um patrimônio do Brasil”, e criticou a economia ser “deixada de lado” em prol da resolução da crise política. O Deputado Carlos Ubaldino tratou de três projetos de autoria dele em tramitação na Casa: que dispõe sobre a proibição da divulgação antecipada das ações da PM;

que sugere a inclusão na grade curricular de escolas públicas e privadas de matéria sobre o uso das drogas; que exige o atendimento dos primeiros socorros em hospitais particulares a pessoas acometidas por acidentes. Concluiu solicitando o apoio dos pares. O Deputado Marcelino Galo criticou a aprovação da PEC 215 por uma Comissão Especial do Congresso Nacional, prestando esclarecimentos sobre o teor da matéria, a qual considerou um retrocesso. Por fim, condenou o ajuste fiscal por avaliar que vai onerar o trabalhador brasileiro. A Deputada Luiza Maia defendeu a volta da CPMF para as grandes fortunas, corroborou com a posição do Deputado Marcelino Galo no que se refere a PEC 215 e declarou apoio ao movimento dos índios. Concluiu cobrando o retorno da agência da Receita Federal para o Município de Camaçari, transferida para a Cidade de Lauro de Freitas. O Deputado Herzem Gusmão saudou o Dia do Servidor Público e parabenizou o Deputado Leur Lomanto Júnior pela passagem do aniversário. Tratou da sugestão do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o percurso da Ferrovia de Integração Oeste–Leste (Fiol) seja reduzido e teceu considerações sobre o projeto original. Encerrou criticando a situação de abandono da obra da Bahiafarma na Cidade de Vitória da Conquista, informando que a empresa foi transferida para a Região Metropolitana de Salvador. O Deputado Joseildo Ramos tratou da ascensão do Governador Rui Costa, lembrando os cargos que assumiu e a trajetória de luta que teve início nos movimentos sindicais. Teceu considerações sobre o debate que ocorrerá no Congresso Nacional acerca do financiamento empresarial das campanhas eleitorais e criticou o alto custo das campanhas, avaliando que afastam o Parlamento da sociedade brasileira. Por fim, considerou que o sistema político vigente se exauriu. O Deputado Hildécio Meireles parabenizou os servidores pelo Dia do Servidor Público. Tratou do gasto do Governo do Estado com pessoal e os artifícios utilizados para não ultrapassar o limite prudencial e incorrer no crime de responsabilidade fiscal. Condenou o elevado número de cargos comissionados, apresentando dados que comprovam o aumento contínuo desses cargos, mesmo com a extinção de órgãos tradicionais. Por fim, criticou o projeto que o Executivo enviará a este Poder autorizando a contratação de pessoal através do sistema REDA. O Deputado Tom Araújo comentou as crises moral, ética, política e econômica que o País enfrenta e criticou o Governo por não conseguir acompanhar o avanço dos países emergentes, “se preocupando apenas em ter um projeto de poder”. Avaliou que falta governabilidade à Presidente Dilma Rousseff; condenou as pedaladas fiscais, “um artifício utilizado para ganhar as eleições”, e ressaltou o fato de o TCU ter rejeitado as contas do Governo Federal. O Deputado Zé Raimundo saudou os servidores públicos e teceu ponderações sobre as conquistas e avanços das diversas categorias. Comentou as questões acerca da Fiol e a mobilização dos políticos baianos em defesa do projeto original da obra. Tratou da situação da Bahiafarma, planejada inicialmente para ser reativada no Município de Vitória da Conquista, sofrendo alterações em decorrência de decisão do Ministério da Saúde. O Deputado Pastor Sargento Isidório mencionou o requerimento que enviou ao Governo do Estado solicitando que se crie uma central de exames laboratoriais e sugeriu que o Estado instale essa central no Hotel

Salvador, no bairro de Ondina, que se encontra em situação de abandono. O Deputado Pedro Tavares parabenizou os servidores públicos da Bahia. Informou que após 20 anos o Porto de Ilhéus iniciou as operações para exportar o cacau. Esclareceu que o Brasil tem produção autossuficiente e destacou a atuação da Comissão de Agricultura e Política Rural e do movimento “Somos todos cacau”, engajados na causa da lavoura cacaueira. Por fim, cobrou ações voltadas para a revitalização da cultura do cacau, ressaltando a importância que teve para o desenvolvimento do Brasil. O Deputado José de Arimatéia informou que a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho ficou pela quarta vez consecutiva sem quórum. Relatou a visita à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, informando que encaminhará o relatório para o Presidente Marcelo Nilo. Comunicou que amanhã, dia 29/10, é o Dia Mundial de Combate ao Acidente Vascular Cerebral (AVC), oportunidade em que serão realizadas ações relacionadas ao tema. A Deputada Ivana Bastos informou que uma comitiva representando a Bahia visitou o TCU em Brasília, com o objetivo de discutir as mudanças no traçado da Fiol e relatou os assuntos abordados na audiência. Concluiu dizendo que o grupo também acompanhou o Governador Rui Costa na visita que fez ao Ministério da Saúde para tratar de assuntos relacionados à Bahiafarma. Constatada a falta de quórum regimental, solicitação do Deputado Carlos Geilson, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, à qual deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Antônio Henrique Júnior, Fabíola Mansur, Rosemberg Pinto, Soldado Prisco e Zé Neto (05)

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –